

**Eixo Temático: Movimentos de Luta pela Terra e Educação do Campo**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PARINTINS/AM: UM OLHAR SOBRE AS  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**EDUCACIÓN DEL CAMPO EN PARINTINS/AM: UNA MIRADA SOBRE LAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Soliana de Souza e Souza<sup>1</sup>  
Marcelle Nogueira da Silva<sup>2</sup>  
Heloisa da Silva Borges<sup>3</sup>  
Iraci Carvalho Uchôa<sup>4</sup>

**Resumo:** As políticas públicas buscam proporcionar uma educação de qualidade que respeite as necessidades culturais e sociais desses sujeitos, valorizando suas identidades e modos de vida. Em Parintins/AM, a educação do campo reflete a diversidade geográfica e histórica da região, integrando esses elementos à formação dos alunos, enfrentando os desafios regionais. Deste cenário, surge a problemática: Como as políticas públicas refletem e estão se materializando em Parintins/AM? Através da metodologia da pesquisa bibliográfica, dos estudos de Borges, Souza, Caldart, Molina e Freitas, buscou-se embasar o estudo. Entre avanços e retrocessos a educação do campo em Parintins/AM segue enfrentando os desafios de infraestrutura, consolidação das políticas públicas, recursos, buscando cumprir seu papel emancipatório e de melhoria da qualidade de vida para as comunidades camponesas.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Docência. Regiões amazônicas. Políticas públicas educacionais.

**Resumen:** Las políticas públicas buscan proporcionar una educación de calidad que respete las necesidades culturales y sociales de estos sujetos, valorando sus identidades y modos de vida. En Parintins/AM, la educación del campo refleja la diversidad geográfica e histórica de la región, integrando estos elementos a la formación de los alumnos, afrontando los desafíos regionales. De este escenario, surge la problemática: ¿Cómo se reflejan las políticas públicas y se están materializando en Parintins/AM? Mediante la metodología de la investigación bibliográfica, los estudios de Borges, Souza, Caldart, Molina y Freitas, se buscó fundamentar el estudio. Entre avances y retrocesos la educación del campo en Parintins/AM sigue enfrentando los desafíos de infraestructura, consolidación de las políticas públicas, recursos, buscando cumplir su papel emancipador y de mejora de la calidad de vida para las comunidades camponesas.

**Palabras - clave:** Educación del campo. Docencia. Regiones amazónicas. Políticas públicas educativas.

<sup>1</sup> Mestra em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: solianasouza16@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: marcellesilvajl@gmail.com

<sup>3</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: heloborges@ufam.edu.br

<sup>4</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e docente do departamento da DAPLAN/FACED. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: irachuoa100@outlook.com

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação do campo em Parintins/AM, como um espaço de protagonismo para professores e alunos, demanda a implementação de políticas públicas eficazes que garantam sua efetividade. Nesse contexto multifacetado, as escolas enfrentam o desafio de atender às particularidades das comunidades rurais, respeitando seus modos de vida, saberes locais e a relação intrínseca com a terra. As políticas públicas são cruciais para assegurar a formação continuada dos educadores e proporcionar recursos e infraestrutura adequados, possibilitando acesso a educação de forma justa e igualitária a todos os cidadãos brasileiros.

Como objetivo geral, este estudo buscou refletir acerca da implementação das políticas públicas da educação do campo em Parintins/AM. Como objetivos específicos, buscou-se: apresentar historicamente as principais políticas públicas da educação do campo; apresentar a implementação das políticas públicas da educação do campo em Parintins/AM; refletir sobre os avanços e retrocessos na educação parintiense. Através dos autores pesquisadores referências na temática: Borges, Souza, Caldart, Molina e Freitas, foi possível conduzir o estudo de forma coesa e científica. O estudo está organizado em introdução, metodologia, desenvolvimento, resultados e discussão, considerações finais, seguida das referências utilizadas.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002), é uma metodologia fundamental que utiliza materiais previamente elaborados, como livros e artigos científicos, para enriquecer a compreensão de temas específicos. Embora seja frequentemente exigida, ela também pode ser utilizada como a principal abordagem em estudos exploratórios e análises ideológicas. Esse método permite uma análise crítica das discussões existentes na literatura, fundamentando novas investigações.

## **3 PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A história da educação do campo no Brasil tem se transformado significativamente nos últimos treze anos, com a crescente participação dos movimentos sociais do campo, que passaram a protagonizar esse espaço. Esses sujeitos coletivos, organizados nacionalmente no Movimento de Educação do Campo, têm promovido lutas sociais e práticas educativas

que desafiam o modelo hegemônico de desenvolvimento rural e criticam as tradicionais escolas rurais, além de influenciar os processos de formação de educadores. Entre os avanços alcançados, destacam-se a conquista de marcos legais e programas educacionais específicos, a inserção da temática na agenda de pesquisa das universidades públicas e a articulação entre diversos movimentos sociais e instituições comprometidas com a educação rural (Molina e Freitas,2011).

O panorama histórico das políticas públicas voltadas para a educação do campo no Brasil é marcado por iniciativas significativas que surgiram a partir da mobilização dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em julho de 1997, o MST promoveu o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera), que preparou o terreno para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Essa conferência foi fundamental para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), direcionado a atender os assentados da reforma agrária. A partir de 2001, com a aprovação do Parecer CNE nº 36/2001 e da Resolução nº 01 de 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo foram oficialmente estabelecidas, consolidando a base legal para a institucionalização dessas escolas. O movimento avançou em 2004 com a II Conferência “Por Uma Educação do Campo”, que resultou na criação da Coordenação Geral da Educação do Campo, vinculada ao Ministério da Educação. Em 2008, a Resolução do FNDE/CD nº 25 regulamentou a transferência de recursos para o Programa Projovem Campo, complementando um conjunto de legislações e diretrizes, incluindo a Constituição Federal de 1988 e diversas leis e decretos que asseguram a educação do campo como um direito fundamental, refletindo a busca pela valorização e inclusão dos sujeitos do campo no processo educacional brasileiro. (Borges,2015).

Desta forma, embora o debate sobre a educação do campo ocorra no contexto das lutas por políticas públicas, ele se amplia para discutir o próprio conteúdo dessas políticas, abrangendo questões de educação, sociedade e humanidade. O camponês emerge como o sujeito coletivo central dessas disputas, resistindo à exploração capitalista e promovendo modos alternativos de produção e de organização da vida social, em uma relação distinta com a natureza. A educação do campo, portanto, não apenas busca promover o acesso à educação, mas também desafia a lógica do capitalismo, propondo um projeto de transformação social enraizado nas necessidades e valores dos trabalhadores camponeses (Caldart, 2012).

#### **4 AS NUANCES DAS PERSPECTIVAS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM PARINTINS/AM**

A formação continuada dos docentes da educação do campo em Parintins enfrenta desafios significativos, especialmente após a extinção da Coordenação de Educação do Campo pela SEMED/PIN em 2019. Esse movimento reflete um retrocesso nas políticas educacionais locais, agravado pela ausência de programas nacionais de formação de professores voltados especificamente para as escolas do campo. Atualmente, as formações oferecidas aos docentes são limitadas ao PAR (Plano de Ações Articuladas) e à plataforma do MEC, dependendo da iniciativa individual dos professores. A ausência de programas estruturados está diretamente ligada ao desmonte das políticas públicas educacionais em nível nacional, iniciado nas gestões de Temer e Bolsonaro. A aprovação do PARECER CNE/CP Nº 14/2020 e da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que alinham a formação continuada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforça uma abordagem tecnicista e neoliberal, em detrimento de uma educação voltada para as especificidades das realidades rurais. Essas ações contrariam princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que asseguram a formação continuada dos profissionais da educação, destacando-se a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (Borges, Souza, Peternella, Mourão, 2023).

A educação do campo em Parintins/AM reflete uma realidade complexa, que abrange diferentes espaços geográficos, históricos, políticos e sociais, desenhando cenários intrínsecos e desafiadores. O município possui 118 escolas distribuídas em áreas de várzea, terra firme/assentamentos e áreas indígenas, organizadas em sistemas nucleados, multietapa e multisseriado. As escolas agregadas, organizadas por blocos de disciplinas e atendendo alunos em diferentes séries simultaneamente, seguem o Art. 54 do Regimento Geral das Escolas da Rede Municipal de Ensino de 2009. No entanto, essa estrutura infringe o parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008, que proíbe o agrupamento de alunos da Educação Infantil com o Ensino Fundamental. A política de nucleação, que reúne escolas isoladas em uma só, também contraria o artigo 5º da Resolução nº 1 de 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 2 de 2008, que defendem a identidade própria das escolas do campo e o respeito à diversidade local. Além disso, o transporte escolar, vinculado à política

de nucleação, expõe os alunos a riscos, como o uso de embarcações sem equipamentos de segurança e estradas inadequadas para ônibus escolares (Souza, Borges e Nascimento,2024).

A falta de financiamento, condições adequadas de trabalho e valorização docente limitam a eficácia das iniciativas de formação continuada. Embora o município tenha aderido a programas federais como Escola Ativa e PNAIC, a desativação da Coordenação de Educação do Campo em 2019 e a ausência de novas políticas resultaram em um retrocesso significativo. As professoras locais relatam que as formações oferecidas, embora úteis, ainda são insuficientes para atender às realidades do campo. A pesquisa destaca a necessidade de reintroduzir programas como o Pronacampo e o Escola da Terra, que promovem uma formação crítica e emancipadora, capaz de transformar a educação local. Assim, é fundamental repensar a prática docente e as políticas educacionais de forma integrada, reconhecendo os educadores como sujeitos políticos na formação humana e profissional dos alunos (Borges, Souza, Peternella, Mourão, 2023).

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A diversidade geográfica e social do município, com suas 118 escolas distribuídas em áreas de várzea, terra firme, assentamentos e comunidades indígenas, demanda uma abordagem pedagógica que respeite as especificidades locais. No entanto, a estrutura escolar, marcada pela nucleação e pela organização multisseriada, muitas vezes ignora as diretrizes que garantem a identidade e a diversidade das escolas do campo, resultando em práticas que não atendem adequadamente às necessidades dos alunos (Souza, Borges e Nascimento,2024).

As políticas públicas em Parintins buscam uma educação do campo laica e democrática, mas enfrentam desafios como falta de financiamento e condições de trabalho inadequadas. A desativação da Coordenação de Educação do Campo em 2019 resultou em um retrocesso nas iniciativas de formação continuada, deixando os professores/as com programas insuficientes. É urgente reintroduzir ações como o Pronacampo e o Escola da Terra, que promovem uma formação crítica e emancipadora. A colaboração entre instituições de ensino superior e movimentos sociais é fundamental para criar programas de formação que atendam às especificidades locais. Assim, é crucial reconhecer os educadores como sujeitos políticos no processo educacional (Borges, Souza, Peternella, Mourão, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo em Parintins/AM é marcada por um cenário complexo, que engloba a organização e infraestrutura escolar, aliada defasagem da formação continuada dos docentes, refletindo as especificidades das regiões de várzea, terra firme, assentamentos e áreas indígenas, refletindo um contexto educacional de entrelaçamento, entre avanços e desafios, evidenciando a necessidade de abordagens mais inclusivas e adaptadas à realidade local, destacando a contínua luta pelas melhorias na educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Heloisa da Silva. **Formação contínua de professores(as) da educação do campo no Amazonas (2010 a 2014)**. 2015. 203f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- BORGES, H. da S.; SOUZA E SOUZA, Érica de; PETERNELLA, A.; MOURÃO, A. R. B. **POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DAS ESCOLAS DO CAMPO EM PARINTINS/AM: AVANÇOS E RETROCESSOS**. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 13, n. 39, p. 248–268, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7747271. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/997>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento*. In.: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. Disponível em: <https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Ebook/letrasportugues/educacaodocampo.pdf>. Acesso em: set, 2024.
- SOUZA, Érica de Souza e; BORGES, Heloisa da Silva; NASCIMENTO, Gabriel Rodrigues do. **Educação do Campo no município de Parintins/AM: um olhar sobre as escolas do campo**. *Revista de Educação Pública*, v. 33, p. 1-26, jan./dez. 2024 DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v33ijan/dez.14262>.